



## ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO NUTRICIONISTA NO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Catarina Fernandes de Medeiros<sup>1</sup>; Anna Virgínia Souto de Miranda<sup>1</sup>; Janaína Severo de Lima Gama<sup>1</sup>; Tatiane Lima Pereira<sup>1</sup>; Mayara Queiroga Barbosa<sup>2</sup>

*Graduandos do Curso Bacharelado em Nutrição da Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Educação e Saúde/ Unidade Acadêmica de Saúde. [cmedeiros08@hotmail.com](mailto:cmedeiros08@hotmail.com)*

<sup>2</sup> *Orientadora Docente do Curso de Nutrição. UFCG/CES/UAS*

**Resumo:** A alimentação desempenha um papel fundamental durante todo o ciclo de vida dos indivíduos. Entre as diversas fases da vida pode-se dar ênfase, como exemplo, a idade escolar, um momento em que se caracteriza por uma fase onde a criança apresenta um metabolismo bem mais intensificado em relação ao do adulto. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política governamental, que abrange todo o Brasil, que pretende suprir, no mínimo, 20% das necessidades nutricionais dos estudantes durante o período escolar, contribuindo para a redução dos índices de evasão escolar, para a formação de hábitos alimentares saudáveis e para a potencialização da capacidade de aprendizagem. Em relação às atribuições do nutricionista no PNAE, compete ao profissional vinculado à Entidade Executora (EEx) exercer 13 atividades obrigatórias e nove complementares. Das atribuições obrigatórias, destacam-se: realização de diagnóstico do estado nutricional dos estudantes; planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação do cardápio da alimentação escolar; capacitação de recursos humanos; controle de qualidade higiênico sanitário; coordenação e realização de ações de educação alimentar e nutricional. Tendo em vista a complexidade e a abrangência do trabalho do nutricionista na alimentação escolar, torna-se necessário destacar suas ações e verificar a atuação deste profissional em relação ao programa. Diante da importância desse tema, o objetivo deste estudo foi fazer um levantamento bibliográfico sobre atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar. O levantamento bibliográfico foi realizado no período de Abril a Maio de 2017, nas bases de dados SciELO (Scientific electronic Library Online) e Google Acadêmico, usando as palavras chaves: alimentação escolar e PNAE. Diante das análises dos artigos publicados verificou-se que o nutricionista responsável pelo PNAE não cumpre todas as exigências relacionadas ao seu cargo devido aos problemas de gestão do ambiente de trabalho.

**Palavras-chave:** Alimentação, escola e PNAE.



## INTRODUÇÃO

A alimentação desempenha um papel fundamental durante todo o ciclo de vida dos indivíduos. Entre as diversas fases da vida pode-se dar ênfase, como exemplo, a idade escolar, um momento em que se caracteriza por uma fase onde a criança apresenta um metabolismo bem mais intensificado em relação ao do adulto (DENALON et al., 2006).

A administração de hábitos alimentares inadequados, especialmente agregada a falta de prática de exercício físico, constituem condições agravantes para a saúde que, quando consolidados nos primeiros anos de vida, podem causar implicações metabólicas imediatas e fortificar o risco de doenças crônicas na vida adulta (PEGOLO, G. E. & DA SILVA, M.V., 2010). Com o intuito de melhorar o padrão alimentar e desenvolver práticas de educação nutricional foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é uma política governamental, que abrange todo o Brasil, que pretende suprir, no mínimo, 20% das necessidades nutricionais dos estudantes durante o período escolar, contribuindo para a redução dos índices de evasão escolar, para a formação de hábitos alimentares saudáveis e para a potencialização da capacidade de aprendizagem (BRASIL, 2013).

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é responsável pelos repasses de verbas provenientes do governo federal para a alimentação escolar dos estados e municípios, com base no número de estudantes matriculados na educação básica. Que enfatiza a utilização de no mínimo 30% do total destes recursos, à compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar local. Portanto, a partir destas diretrizes, tornou-se um importante segmento institucional para desenvolvimento sustentável dos municípios e produção de alimentos da agricultura familiar (SAVAIVA et al., 2013).

O Nutricionista é o responsável técnico do programa, que deve estar regulamentado a partir do cadastro do site do FNDE. Das atribuições obrigatórias, destacam-se: realização de diagnóstico do estado nutricional dos estudantes; planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação do cardápio da alimentação escolar; capacitação de recursos humanos; controle de qualidade higiênico sanitário; coordenação e realização de ações de educação alimentar e nutricional (EAN), dentre outras (CORRÊA et al., 2017).

Tendo em vista a complexidade e a abrangência do trabalho do nutricionista na alimentação escolar, torna-se necessário destacar suas ações e verificar a atuação deste profissional em relação ao programa. Diante da



importância desse tema, o objetivo deste estudo foi realizar um levantamento bibliográfico sobre as principais linhas de atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no Brasil.

## **METODOLOGIA**

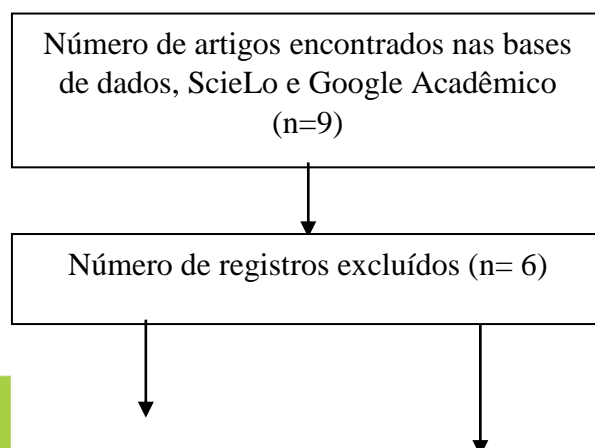
O presente estudo trata-se de uma revisão bibliográfica de trabalhos científicos que avaliaram a atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O levantamento bibliográfico foi realizado no período de Abril a Maio de 2017, nas bases de dados SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Google Acadêmico, usando as palavras chaves: alimentação escolar e PNAE. Os estudos publicados do período de 2006 a 2017 foram analisados, aceitando-se apenas os escritos em português. As palavras-chave para busca de artigo foram alimentação escolar e PNAE.

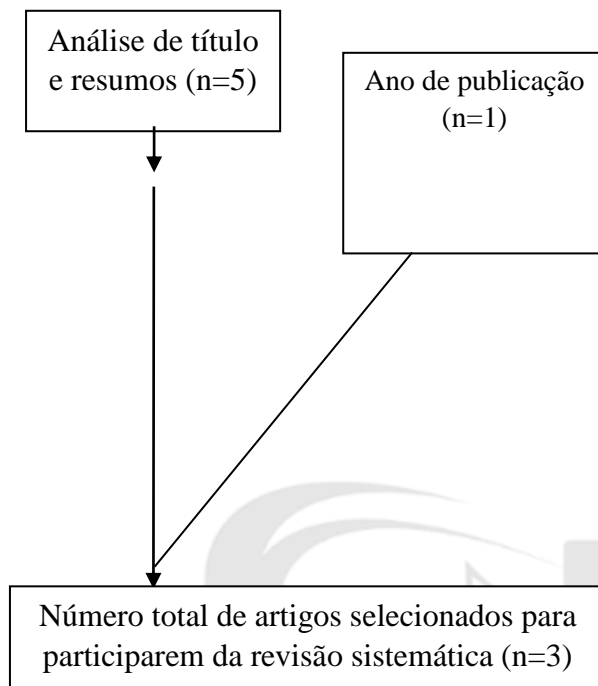
Para a análise total dos estudos identificados verificou-se a duplicação dos artigos entre a base dos dados, sendo apenas contabilizado uma vez. Foram excluídos os artigos com datas anteriores a 2006. A inclusão dos artigos foi realizada em dois estágios: 1º- escolha por meio da leitura título e do resumo, 2º- leitura completa do artigo com informações a cerca do objetivo a ser investigado.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram identificados 09 artigos, dos quais e resumos, posteriormente, após a leitura íntegra, 01 foi excluído por não apresentar a data dentro do preconizado pelos autores da presente pesquisa (últimos 05 anos). Resultando, assim, em 03 artigos para participarem desta revisão.

A figura 1 ilustra as etapas para seleção dos artigos.





**Figura 1-** Esquema representativo das etapas da seleção dos artigos para revisão

As informações principais dos artigos incluídos foram sintetizadas e organizadas em tabelas através de tópicos como: autor (es), ano, objetivo, métodos de avaliação e principais resultados.

Todos os artigos escolhidos correspondem a estudos transversais, e foram realizados nas regiões Sudeste (n=2) e Sul (n= 1). Na região Sudeste, os estudos foram realizados em Ouro Preto MG e São Paulo, na região Sul na cidade de Porto Alegre RS. Os métodos para obtenção dos dados, utilizados nos estudos, foram questionários semiestruturado e eletrônico, contendo perguntas variadas, de acordo com o objetivo do estudo.

Os resultados do estudo de Corrêa et al. (2017) revelam inadequação da maioria dos municípios da região Sul do Brasil quanto ao número mínimos de Nutricionistas por município segundo da Resolução CFN 465/2010. Quanto às 13 atribuições obrigatórias do nutricionista em âmbito do PNAE, verificou-se que apenas duas não são realizadas por mais de metade da amostra, são elas: elaboração de fichas técnicas e do Manual de Boas Práticas. Embora a inconformidade do número de nutricionistas não tenha refletido diretamente no cumprimento das atribuições, a qualidade e a frequência da realização das atividades pode ter sido afetada. Além disso, outros fatores influenciam na execução das atividades do PNAE



como: o número de escolas e escolares do município e a localização destas (rural/urbana).

Já no estudo de Souza et al. (2017), realizado em 77 municípios de Minas Gerais e Espírito Santo, foi constatado descumprimento, pela maioria dos nutricionistas participantes, de diversas atribuições essenciais do PNAE previstas na legislação pertinente do programa, sendo elas a Lei no 11.947/2009, a Resolução/CD/FNDE no 38/2009 e as Resoluções do CFN, vigentes à época da coleta/análise dos dados do estudo. Entre as atribuições descumpridas citam a produção do plano anual de trabalho, a análise da composição nutricional dos cardápios, a elaboração de fichas técnicas de preparação, a utilização do Manual de Boas Práticas de Fabricação de Alimentos e a realização de teste de aceitabilidade, entre outras condições inadequadas, indicando situação que demanda intervenção imediata.

Um tópico bastante importante que o estudo de Honório e Batista (2015) analisou foi com relação às dificuldades mais citadas pelos responsáveis técnicos na execução das tarefas cotidianas, tais como às “relativas à gestão local do programa”, âmbito em que os nutricionistas manifestam exercer pouca ou nenhuma influência, e as “relativas às atribuições do nutricionista no programa”. É também constante a queixa sobre a “baixa valorização do trabalho do nutricionista” nessa área, pontuada como uma ação que “emerge” dos outros profissionais que atuam no ambiente escolar. Essa parece ser uma preocupação antiga que acompanha o profissional e abrange diversas áreas de atuação do nutricionista. Ao se analisar a importância desses discursos, começa a surgir a necessidade de apoio e capacitação desses profissionais, já que muitas das questões relacionadas podem ser trabalhadas coletivamente em oficinas que explorem a prática

**Quadro 1:** Principais características dos artigos sobre a atuação do nutricionista no PNAE.

<b>Autor, ano,</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Método de avaliação utilizado</b>	<b>Principais resultados</b>
--------------------	-----------------	--------------------------------------	------------------------------



Corrêa <i>et al.</i> , 2017	Verificar a adequação das atribuições obrigatórias do nutricionista da região Sul do Brasil de acordo com a Resolução do CFN 465/2010	Aplicação de questionário eletrônico com amostra representativa de nutricionistas responsáveis técnicos (RTs) pelo PNAE em municípios da região Sul do Brasil	- - Em relação às visitas às escolas do município, 99,1% dos RTs responderam afirmativamente; - Embora a maioria dos nutricionistas planeje, elabore, avalie e acompanhe seus cardápios, nem todos os fatores elencados pela legislação são levados em consideração pelos RTs
Honório e Batista, 2015	Conhecer as demandas dos nutricionistas atuantes na alimentação escolar	Aplicação de questionário auto preenchível a 39 participantes de uma capacitação para nutricionistas que atuam no Programa Nacional de Alimentação Escolar em 2008	- As atividades técnicas eleitas mais importantes, pela ordem, foram: desenvolver projetos de educação nutricional com a comunidade escolar; capacitar agentes do PNAE; elaborar os cardápios a partir das especificidades da população atendida e realizar visitas técnicas
Souza <i>et al.</i> , 2017	Conhecer a atuação de nutricionistas responsáveis técnicos da alimentação escolar em municípios de Minas Gerais e Espírito Santo	Entrevista presencial com aplicação de questionário semiestruturado aos nutricionistas	- Constatou-se o descumprimento pela maioria dos nutricionistas de diversas atribuições essenciais do programa, previstas em Lei, como produção do plano anual de trabalho, análise da composição nutricional de cardápios, elaboração de fichas técnicas de preparação, utilização do Manual de Boas Práticas de Fabricação e realização do teste de aceitabilidade

## CONCLUSÕES:

Diante dos resultados obtidos em estudos realizados recentemente no Brasil notou-se que em diversas situações o nutricionista responsável pelo PNAE não cumpre todas as exigências relacionadas ao seu cargo. É importante salientar que a falta de gestão comprometida nos estados e municípios torna difícil o trabalho do nutricionista visto que sem a estrutura necessária o trabalho se torna mais árduo e quase impossível de ser feito satisfatoriamente. Uma das maneiras de aprimorar o serviço do nutricionista seria a capacitação dos funcionários envolvidos no programa, melhor remuneração e maior fiscalização quanto ao cumprimento de cargas horárias e atividades a serem desenvolvidas por estes profissionais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26, de 17 de Junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, 2013.

CORRÊA, R. S.; ROCKETT, F. C.; ROCHA, P. B.; SILVA, V. L.; OLIVEIRA, V. R. Perfil do nutricionista do programa nacional de alimentação escolar na região Nordeste do Brasil. **Ciência e saúde coletiva**. vol.22. Rio de Janeiro, fev. 2017.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M. S.; SILVA, M. V. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança alimentar e nutricional**, v. 13, n. 1, p. 85-94, 2006.

HONÓRIO, A. R. F.; BATISTA, S. H. Percepções e demandas de nutricionistas da alimentação escolar sobre sua formação. **Trabalho, educação e saúde**. vol.13. Rio de Janeiro, 2015.

PEGOLO, G. E.; SILVA, M. V. Consumo de energia e nutrientes e a adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por escolares de um município paulista. **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 17, n. 2, p. 50-62, 2010.

SARAIVA, E. B. et al. Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Ciência e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 927-935, abr. 2013.

SOUZA, A. A.; BEZERRA, O. M. P. A.; BONOMO, E.; SILVA, C. A. M. Atuação de nutricionistas responsáveis técnicos pela alimentação escolar de municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. **Ciência e saúde coletiva**. vol.22. Rio de Janeiro, 2017.